

Artigos Originais

Atividades aquáticas na educação básica: dificuldades de implementação e oportunidades pedagógicas^{1 2}

Water activities in basic education: implementation challenges and pedagogical opportunities

Actividades acuáticas en la educación básica: desafíos de implementación y oportunidades pedagógicas



Alexia Victoria Campos Moreira

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

E-mail: alexia.moreira@aluno.ufop.edu.br



Priscila Augusta Ferreira Campos

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

E-mail: priscila.campos@ufop.edu.br



Renato Melo Ferreira

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

E-mail: renato.mf@hotmail.com



Géssyca Tolomeu de Oliveira

Centro Universitário Governador Ozanam Coelho, Ubá, Minas Gerais, Brasil

E-mail: gessyca.toliveira@gmail.com

Resumo: O estudo explorou as perspectivas de professores de Educação Física sobre a implementação de natação/atividades aquáticas em escolas com piscina, envolvendo seis docentes de quatro instituições (duas públicas e duas privadas). Entrevistas semiestruturadas com dezessete questões foram conduzidas remotamente e os dados foram analisados por análise de conteúdo. Os resultados indicam que, apesar da infraes-

1 O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Este estudo se caracteriza como uma investigação qualitativa e transversal (Patton, 2002), constituindo-se como um recorte de um trabalho de conclusão de curso, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob o número 77536924.2.0000.5150.

trutura, há dificuldades como falta de recursos, tempo limitado, necessidade de formação continuada e sobrecarga de trabalho. A inclusão de conteúdos de segurança aquática no currículo é vista como essencial para ensinar habilidades de sobrevivência, mas sua implementação é desafiadora, agravada pela reforma do Novo Ensino Médio, que limita a viabilidade dessa prática no Ensino Básico.

Palavras-chaves: natação; educação física escolar; ensino fundamental e médio.

Abstract: The study explored Physical Education teachers' perspectives on implementing swimming and aquatic activities in schools with pools, involving six teachers from four institutions (two public, two private). Semi-structured interviews with seventeen questions were conducted remotely, and data were analyzed through content analysis. Despite the infrastructure, challenges include lack of resources, limited time, need for ongoing training, and workload overload. Including aquatic safety content in the curriculum is seen as crucial for teaching survival skills, but its implementation is challenging, worsened by the New High School reform, which limits its feasibility in basic education.

Keywords: swimming; physical education and training; education, primary and secondary.

Resumen: El estudio exploró las perspectivas de docentes de Educación Física sobre la implementación de actividades de natación y acuáticas en escuelas que cuentan con piscinas, involucrando a seis profesores de cuatro instituciones (dos públicas y dos privadas). Se realizaron entrevistas semiestructuradas con diecisiete preguntas, aplicadas de forma remota, y los datos se analizaron mediante análisis de contenido. A pesar de contar con infraestructura, los desafíos incluyen la falta de recursos, el tiempo limitado, la necesidad de formación continua y la sobrecarga laboral. La inclusión de contenidos sobre seguridad acuática en el currículo se considera fundamental para la enseñanza de habilidades de

supervivencia, aunque su implementación resulta desafiante, situación que se agrava con la reforma del Nuevo Bachillerato, la cual limita su viabilidad en la educación básica.

Palabras clave: natación; educación y entrenamiento físico; educación primaria y secundaria.

Submetido em: 15/07/2025

Aceito em: 22/03/2026

1 Introdução

Em um mundo cada vez mais sedentário, a escola desempenha um papel crucial na promoção de hábitos saudáveis e na formação de cidadãos conscientes (Pulimeno *et al.*, 2020). A Educação Física, reconhecida como fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes (Abula *et al.*, 2018), vai além do aspecto motor, abrangendo competências sociais e culturais que formam indivíduos críticos e participativos. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, Lei nº 9.394/1996), essa disciplina é um espaço privilegiado para desenvolver tais competências, reforçando sua relevância no currículo escolar (Brasil, 1996, 2017b).

Entre os conteúdos propostos na Educação Física Escolar, natação/atividades aquáticas, destacadas na BNCC dentro do bloco de esportes (esportes de marca) para o Ensino Fundamental – Anos finais e para o Ensino Médio por meio de competências na área Linguagens e suas Tecnologias (Brasil, 2017b), oferecem benefícios motores, cognitivos e de segurança aquática, essenciais para prevenir afogamentos, um problema significativo no Brasil (Sinclair; Roscoe, 2023; Szpilman, 2024). Contudo, sua implementação enfrenta barreiras, especialmente relacionadas à infraestrutura. Muitas escolas carecem de piscinas, vestiários e espaços seguros, e a falta dessas estruturas limita a capacidade das instituições de oferecer uma Educação Física de qualidade (Garcia; Rios-Neto; Miranda-Ribeiro, 2021), o que dificulta ainda mais a introdução de conteúdos específicos, como as atividades aquáticas.

Outro ponto de destaque é que, no modelo curricular atual, já é um desafio implementar todos os conteúdos previstos na Educação Física, devido à limitação de tempo e recursos disponíveis nas escolas. Com a proposta do Novo Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017a), essa dificuldade tende a aumentar. Mesmo em escolas que já possuem piscinas, a implementação efetiva do conteúdo de natação/atividades aquáticas enfrenta desafios que vão além da infraestrutura. A gestão eficaz dessas

atividades requer uma coordenação cuidadosa em várias instâncias, desde a manutenção da piscina até a adequação das práticas pedagógicas às necessidades dos alunos. Além disso, atividades no ambiente aquático exigem um planejamento detalhado sobre aspectos de segurança, supervisão e adaptação curricular, o que demanda tempo, recursos e experiência por parte da equipe escolar. Ainda assim, Rosa, Fraga e Borges (2022) apontam que a implementação de atividades aquáticas, embora desafiadora, pode ser altamente benéfica, ampliando o conhecimento dos alunos e alterando positivamente a percepção dos professores sobre a importância do conteúdo nas aulas de Educação Física.

Neste contexto, este estudo visa a explorar e compreender as perspectivas dos professores de Educação Física em escolas que possuem piscinas, focando nos desafios e oportunidades na implementação dos conteúdos de natação/atividades aquáticas no Ensino Fundamental e Médio.

2 Métodos

Este estudo se caracteriza como uma investigação qualitativa e transversal (Patton, 2002), aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), número 77536924.2.0000.5150.

Participantes

Participaram do estudo seis professores de Educação Física, sendo quatro mulheres e dois homens ($46,3 \pm 11,3$ anos de formação acadêmica), com experiência no Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio em escolas públicas e privadas que dispõem de piscina. Os critérios de inclusão foram: 1) ter, no mínimo, um ano de experiência na instituição, garantindo uma compreensão consolidada do contexto escolar em que estão inseridos; 2) ministrar, no mínimo, uma aula sobre atividades aquáticas por semestre,

assegurando envolvimento direto com a prática pedagógica e proporcionando uma base consistente para a análise de suas perspectivas e desafios; e 3) assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Instrumento

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado com dezessete perguntas. O roteiro considerou aspectos importantes, como segurança aquática (Szpilman, 2024), desenvolvimento motor, saúde e qualidade de vida (Macedo; Petty; Passos, 2009) e pedagogia (Baggini, 2008).

Procedimentos

Inicialmente, o contato foi estabelecido com as escolas para avaliar a viabilidade do estudo e obter a carta de anuência. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, o pesquisador contatou individualmente cada professor por e-mail para agendar as entrevistas, que foram realizadas remotamente, via Google Meet. Após o aceite dos professores, foram enviados e-mails contendo as informações sobre a reunião, incluindo horário, data e o TCLE. Após a assinatura do TCLE e a realização das entrevistas, estas foram transcritas e, com o intuito de garantir o anonimato dos participantes, cada transcrição foi identificada com um código (Escola 1A, Escola 2B, Escola 3A, Escola 4B e assim por diante), no qual o número identificava o professor e a letra identificava se a escola era do ensino privado ou público, codificados como A e B, respectivamente. Ao término da transcrição, ela foi enviada ao respectivo participante com o intuito de receber sua aprovação, para posterior análise. As entrevistas foram gravadas e transcritas com o auxílio do *software* Transkriptor © 2024.

Análise de dados

A análise de conteúdo foi conduzida com base nos passos de transcrição, organização e interpretação dos dados coletados, a qual inclui a adição, a eliminação ou a manutenção de elementos,

a fim de validar as transcrições das entrevistas (Patton, 2002). Essa análise extraiu seções do texto transcrito de maneira organizada e concisa, destacando a ideia principal em consonância com os objetivos estabelecidos e as categorias que surgiram. Algumas dessas seções serão apresentadas para embasar a discussão dos dados.

3 Resultados e discussão

Este estudo teve como objetivo explorar e compreender as perspectivas dos professores de Educação Física em escolas que possuem piscina, focando nos desafios e oportunidades que eles percebem na implementação dos conteúdos de natação/atividades aquáticas no Ensino Fundamental e Médio. Cinco horas e 47 minutos de entrevista foram gravadas, totalizando 97 páginas de transcrições. A fim de um melhor arranjo das informações obtidas nesta pesquisa, os resultados foram discutidos por tópicos, sendo eles divididos em: “Caracterização dos professores e estrutura das escolas”; “Planejamento e metodologia de ensino”; e “Desafios e sugestões para a implementação do conteúdo”.

Caracterização dos professores e estrutura das escolas

Os dados coletados mostram que, apesar da vasta experiência acadêmica e prática dos professores, com uma média de $22,6 \pm 12$ anos de atuação e uma formação que abrange desde a licenciatura até o doutorado em áreas correlatas, nenhum deles possui especialização específica em atividades aquáticas. O conhecimento nesse campo é geralmente obtido por meio das disciplinas cursadas durante a graduação. Quanto às estruturas e materiais para atividades aquáticas, todas as escolas possuem piscinas semiolímpicas, porém somente uma delas é aquecida. Além disso, todas as escolas dispõem de equipamentos básicos, como espaguete e pranchas, mas algumas têm materiais especializados, como palmares e coletes.

A boa relação entre infraestrutura, manutenção e espaços adequados para práticas esportivas é uma realidade em algumas escolas, especialmente naquelas que possuem uma cultura dos es-

portes bem estabelecida. No entanto, tal infraestrutura e suporte não se aplicam da mesma forma às piscinas, sendo mais frequentemente direcionados a outros esportes considerados do “quarteto fantástico”, como futsal ou futebol, vôlei, basquete e handebol, como pode ser observado em algumas falas:

A natação não é um conteúdo por si [...]. A gente não tem o objetivo de trabalhar a natação, então a gente tem o objetivo de diversificar os conteúdos e dar a maior possibilidade de experiências possíveis para esses alunos [...]. O dificultador para desenvolver a natação em si seria porque não é um objetivo do nosso plano de ensino [...]. A gente acaba trabalhando outros conteúdos que a gente acha que os alunos têm mais acesso, que eles vão praticar mais, né? Então, é escolha mesmo do corpo docente diversificar e trabalhar com aqueles conteúdos que consideram importantes (Escola 2B, entrevista concedida em 7 jun. 2024).

Entre todas as instituições, os equipamentos mais comuns são os espaguete e as pranchas. No entanto, a disponibilidade desses recursos varia, com alguns professores tendo acesso a uma variedade deles, enquanto outros possuem apenas um número reduzido. Para os professores com recursos limitados, os equipamentos disponíveis frequentemente estão deteriorados, o que pode ser atribuído à falta de espaço adequado para o armazenamento. Esse problema ressalta a necessidade de revitalização dos materiais existentes e a aquisição de novos equipamentos para apoiar adequadamente as práticas pedagógicas. A insuficiência e o desgaste dos equipamentos podem comprometer a qualidade das aulas (Hastie; Saunders, 1991), sublinhando a importância de se investir em mais recursos para melhorar a experiência de ensino e garantir condições ideais para a prática, o que foi destacado nestas falas:

[...] a gente começou a fazer um laudo técnico do que estava precisando para a área da piscina. E precisa de muita coisa, porque os materiais que têm lá estão bem velhos. A

gente tinha bola de polo aquático, acho que tem uma, tem os espaguete, mas também estão bem deteriorados [...] (Escola 2B, entrevista concedida em 7 jun. 2024).

Quanto à presença de estagiários ou auxiliares durante o uso da piscina, apenas um professor relatou que há um salva-vidas disponível na escola. Os demais professores indicaram que não contam com nenhum tipo de auxílio durante essas atividades. Esse contexto torna a gestão das aulas mais complexa, especialmente considerando que um professor pode precisar supervisionar de vinte a trinta alunos em um ambiente aquático, o que pode ser perigoso e difícil de se administrar sozinho.

[...] quando eu estou na piscina, eu estou normalmente sozinho. Hoje, as nossas turmas existem muitos alunos “laidistas”. Então, a gente tem alunos diversos. A gente tem alunos de transtornos de aprendizagem, questões físicas. E esses alunos normalmente têm um acompanhante que está sempre com eles. Mas o foco dessa acompanhante é esse aluno. Os demais ficam por minha conta mesmo. Eu não tenho ninguém para me acompanhar. Mas o que eu faço? Turmas de 6º e 7º anos, eu limito o tamanho da piscina (Escola 1A e 3A, entrevista concedida em 11 jun. 2024).

A ausência de auxiliares nas aulas pode ser um fator determinante para que alguns professores optem por não incluir conteúdos relacionados às atividades aquáticas em seus planos de ensino. Sem suporte adequado, os professores enfrentam uma carga de trabalho excessiva e desafios adicionais na supervisão e organização das atividades, que não apenas eleva o risco de acidentes, mas também compromete a qualidade do aprendizado, tornando o ensino das atividades aquáticas menos atrativo. Esse problema não é exclusivo das atividades aquáticas; na Educação Física Escolar, muitos professores enfrentam dificuldades similares ao planejar atividades que atendam às diversas necessidades dos alunos. Fiorini e Manzini (2018) destacam, por exemplo, a falta de materiais de apoio

e a escassez de experiência na interação com alunos com deficiência. Entretanto, nas atividades aquáticas a falta de assistência provoca um risco ainda maior, como o de afogamento.

Planejamento, metodologias e abordagens de ensino

Ao serem questionados sobre as metodologias, as abordagens e os conteúdos considerados adequados para trabalhar com alunos do Ensino Fundamental e Médio nas aulas de Educação Física, os professores relataram o uso de estratégias, como a utilização de metodologias ativas, com o intuito de criar ambientes educacionais dinâmicos e participativos. A sala de aula invertida (aprender ensinando) (Abreu *et al.*, 2023) também foi mencionada como uma estratégia comum para promover a autonomia dos alunos, assim como o uso frequente de atividades em grupo, como a criação de maquetes sobre esportes olímpicos, o que incentivou a colaboração entre os alunos. Por fim, alguns professores mencionaram o uso da metodologia global, que permite aos alunos aplicarem suas habilidades em contextos mais amplos (Xavier, 1986), e a metodologia parcial, combinando elementos das abordagens esportivizadora (Testa, 2011) e desenvolvimentista (Darido, 1998), o que equilibra a prática técnica isolada com sua aplicação em situações mais complexas.

Em relação aos conteúdos, percebeu-se que o planejamento de ensino é frequentemente adaptado de acordo com a disponibilidade de recursos e as necessidades dos alunos. Foi observado que jogos, brincadeiras e esportes variados são frequentemente incorporados. O Quadro 1 evidencia algumas diferenças nas metodologias e conteúdos entre os anos do Ensino Fundamental e Médio.

Quadro 1 – Visão geral dos relatos dos professores em relação às abordagens, às metodologias e aos conteúdos trabalhados fora do ambiente aquático

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Metodologias	Aula invertida, global, dinâmica lúdico-pedagógica	Ativas, aula invertida, aprendizagem baseada em problemas

Abordagens	Aulas abertas, desenvolvimentista, crítico-emancipatória, esportivizadora, crítico-superadora	Aulas abertas, sistêmica, crítico-superadora
Eixos norteadores da BNCC	Blocos: atividades naturais, esportes convencionais/não convencionais, jogos culturais, inclusão, esportes paralímpicos; protagonismo dos alunos, grupos, jogos, brincadeiras, esportes	Blocos: diversidade, autonomia, reinvenção de esportes, adaptação escolar; conceitos críticos, debates sobre desigualdades e contextos
Aplicação prática	Reflexão crítica, registro e discussão de atividades	Equilíbrio entre crítica e habilidades técnicas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora as metodologias ativas (Morán, 2015) sejam as mais utilizadas pelos professores, observou-se, em seus relatos, o uso de metodologias parciais e de demonstração, que focam na execução isolada de movimentos técnicos, ancoradas em abordagens tecnicistas (Silva, 2017). Essas abordagens são empregadas principalmente para o ensino de aspectos específicos dos esportes.

Tem momento que a gente usa uma metodologia mais tradicional mesmo, tem momento que a gente vê essa necessidade de pegar uma parte mais técnica em qualquer esporte, né? Que a gente vê que não tá conseguindo fazer um jogo [...]. Aí a gente vai lá e faz aquela metodologia bem tradicional, repetir o gesto técnico até que consiga dominar... Porque, se você não tem o mínimo de noção da coisa ali, perde até a vontade de participar [...] (Escola 5B, entrevista concedida em 7 jun. 2024).

No entanto, alguns professores também ressaltam que muitos alunos chegam às aulas de Educação Física desestimulados por experiências anteriores. Para lidar com isso, as Escolas 2B, 4B, 5B e 6B parecem estruturar os currículos buscando desenvolver nos alunos uma relação mais positiva e diversificada com a prática. Por exemplo, o currículo é estruturado em três blocos principais: sedução, diversidade e autonomia/empoderamento (Rocha, 2020). Esse modelo busca atrair e engajar os alunos no primeiro

ano, explorar diferentes modalidades esportivas no segundo ano e promover a autonomia e a emancipação no terceiro, oferecendo uma Educação Física mais inclusiva e progressiva.

A gente tem um planejamento bem estruturado, bacana, a gente tá sempre discutindo ele, reformulando, a gente tem os pilares, né, no primeiro ano tem um pilar que a gente trabalha sobre ele, no segundo tem outro, no terceiro tem outro, é como se fosse uma crescente. [...] No terceiro ano, que é autonomia e emancipação, a gente trabalha lazer e as atividades de aventura (Escola 5B, entrevista concedida em 7 jun. 2024).

Essa abordagem integrada reflete as diretrizes da BNCC (Brasil, 2017b), em que o currículo de Educação Física é estruturado para oferecer uma formação abrangente. Esse currículo é dividido em blocos que incluem atividades naturais (movimentos básicos e essenciais), esportes convencionais e não convencionais, bem como jogos e brincadeiras com embasamento histórico e cultural, ginásticas, danças do contexto regional e cultural e lutas. No entanto, a escolha pela implementação desses blocos é critério do professor, que utiliza a BNCC como um guia.

A flexibilidade na aplicação dos blocos curriculares deveria refletir na aplicação de outros conteúdos. Quando questionados sobre os objetivos do ensino de natação/atividades aquáticas, os professores apontaram tanto semelhanças quanto diferenças nas abordagens e metodologias. A maioria relatou que a piscina é utilizada principalmente entre outubro e fevereiro, devido às condições climáticas e à falta de aquecimento. Embora a piscina seja usada para diversificar as atividades educacionais, seu uso não é formalmente integrado ao currículo, sendo aplicada para complementar outros conteúdos, como esportes e jogos, em vez de ser um componente central e sistemático do ensino.

[...] o que eu mais trabalho com eles são jogos, brinquedos e brincadeiras, eu consigo colocar vários jogos, várias brincadeiras dentro da piscina [...]. Nas atividades de lutas, no segundo ano também, a gente consegue fazer várias brincadeiras de luta dentro da piscina, é até bem mais seguro, né, porque não tem perigo de cair [...] (Escola 5B, entrevista concedida em 7 jun. 2024).

O uso da piscina como mera “aula diferente” ou atividade recreativa pode limitar a profundidade e a abrangência do processo de ensino-aprendizagem das habilidades aquáticas, reduzindo a oportunidade dos alunos de adquirir competências fundamentais. Embora a ludicidade promova um ambiente de aprendizado mais dinâmico, podendo ser ancorada na abordagem construtivista interacionista (Azevedo; Shigunov, 2000), ela não substitui a necessidade de uma formação sistemática e criteriosa que assegure que os alunos desenvolvam habilidades aquáticas essenciais para sua segurança e desenvolvimento integral. Além disso, apesar de os relatos afirmarem a ludicidade como método de ensino, a piscina era apenas um espaço considerado um plano de fundo para o lazer, e não tratada como um meio para desenvolvimento do conteúdo de atividades aquáticas.

De acordo com Fiori *et al.* (2019), é crucial que o professor não apenas domine o conhecimento teórico da natação/atividades aquáticas, mas também compreenda a importância e a aplicação de cada conteúdo, além das decisões metodológicas e avaliativas ao longo do processo educativo. Contudo, Rosário e Darido (2006) e Pinto (2016) apontam que, na prática escolar, os esportes tradicionais dominam, contrastando e contrapondo-se a outras atividades esportivas e corporais, no presente contexto, as atividades aquáticas, que frequentemente não recebem a devida atenção no currículo da Educação Física.

Em ambos os contextos – dentro e fora da piscina – os professores destacam a importância de posicionar o aluno como protagonista no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, enquanto as

aulas de natação e atividades aquáticas tendem a enfatizar mais a vivência e a experiência no ambiente aquático, os conteúdos fora da piscina geralmente focam no desenvolvimento de habilidades motoras básicas e colaborativas, na programação de atividades interdisciplinares e na integração de diversas áreas do currículo. Ainda assim, alguns professores relatam uma organização mais estruturada de conteúdo dentro da piscina, com objetivos voltados para adaptação ao meio líquido e desenvolvimento de habilidades aquáticas básicas, embora essa prática não seja unânime.

A utilização da metodologia parcial (Silva, 2017) nas aulas de natação/atividades aquáticas reflete as exigências específicas do meio aquático, que, ao contrário dos esportes terrestres, exige uma estrutura bem definida para garantir o desenvolvimento seguro da adaptação ao meio. Em ambientes terrestres, o processo de adaptação segue uma sequência mais previsível, embora o ritmo de desenvolvimento dos alunos possa variar (Goodway; Ozmun; Gallahue, 2019). No ambiente aquático, a adaptação culmina na prontidão aquática, necessária para adquirir outras habilidades motoras, o que só é possível por meio da familiarização sistemática com o ambiente (Barbosa; Queirós, 2004).

As habilidades básicas, como flutuação, deslocamentos, respiração e manipulação, são fundamentais e devem ser dominadas antes que os alunos participem de atividades mais complexas. No entanto, diversas variáveis, relacionadas à natureza do ambiente aquático, influenciam o ensino, afetando tanto o comportamento do professor quanto a organização das aulas (Costa *et al.*, 2012). Observou-se que os professores não mencionaram uma progressão clara nos conteúdos de natação entre o Ensino Fundamental e Médio, o que pode indicar falhas na organização curricular ou falta de conhecimento para integrar o conteúdo no plano de ensino. A ausência de uma progressão estruturada pode limitar o desenvolvimento contínuo das habilidades dos alunos e a integração de atividades pedagógicas mais complexas (Paro, 2011). Além disso, não foi citado como os conteúdos de natação/atividades aquáticas estão alinhados com a BNCC (Brasil, 2017b), o que pode afetar a coesão e a progressão do ensino.

Os relatos dos professores mostram uma metodologia que parece carecer de uma estrutura clara e de um planejamento pedagógico bem definido. A ênfase principal está na familiarização dos alunos com o ambiente aquático, superando medos e proporcionando uma experiência recreativa, especialmente em períodos de calor. No entanto, observa-se que não há um foco consistente no desenvolvimento de habilidades básicas ou na aplicação de metodologias estruturadas de ensino. A predominância de aulas centradas no lazer e na ambientação, em detrimento de uma progressão de conteúdos, pode ser influenciada por duas principais questões, quais sejam, as possíveis limitações no conhecimento e formação continuada dos professores e as dificuldades estruturais das escolas.

Desafios e sugestões para a implementação do conteúdo natação/atividades aquáticas

As dificuldades estruturais nas escolas podem desempenhar um papel significativo na limitação da oferta de conteúdos no ambiente aquático e é um consenso entre os professores. Muitas escolas lidam com piscinas não aquecidas, o que é especialmente problemático em regiões de clima frio, tornando as aulas desconfortáveis para os alunos. Além disso, frequentemente as escolas utilizam piscinas antigas, limitando a eficácia das aulas.

O primeiro detalhe é a piscina não ser aquecida. Isso dificulta bastante. Para mim, é o principal. Segundo, a nossa piscina é ultrapassada. Ela não foi feita para o ensino da natação. Então, é um dificultador. E um terceiro, e esse aí eu vejo até mais tranquilo de resolver, é aquela questão da inserção do conteúdo no nosso planejamento de ensino, que hoje a gente não tem [...] (Escola 6B, entrevista concedida em 3 jun. 2024).

A literatura enfatiza alguns fatores cruciais, como o número de alunos por turma (idealmente entre oito e doze alunos), que é visto como o principal determinante para a qualidade do processo de

ensino de natação (Costa *et al.*, 2012). Além disso, a disponibilidade de equipamentos e materiais educativos é fundamental, pois facilita a variação da dificuldade e complexidade das atividades, além de potencializar a motivação dos alunos. Outro desafio comum é a gestão do tempo disponível para as aulas. No ambiente escolar, o tempo para a prática é reduzido devido à necessidade de deslocamento, troca de roupas e outras questões operacionais. Isso resulta em períodos de aula insuficientes para um aprendizado adequado.

E o tempo de aula. São 45 minutos a aula. São 7 horários de 45. Calcula comigo. Os meninos saem da sala, vão pro vestiário trocar de roupa. 10 minutos, mais ou menos. Então, 35. Aí eles entram na piscina, eu tenho que liberar eles de 15 a 20 antes, porque se não eles chegam atrasados no outro horário. Então eles vão ter 20 minutos de aula [...] (Escola 1A e 3A, entrevista concedida em 11 jun. 2024).

A preocupação com o acesso e a segurança nas atividades aquáticas é reforçada nos relatos dos professores, os quais sugerem várias abordagens focadas em educação, infraestrutura e conscientização. Muitos professores defendem que as crianças devem ser incentivadas a se familiarizar com a água desde cedo, com aulas de natação iniciadas a partir dos seis meses. Além disso, os professores acreditam que as escolas devem fornecer formação em salvamento aquático para seus profissionais e considerar a inclusão de atividades aquáticas em seus currículos. A segurança e a conscientização em ambientes aquáticos são prioridades para os professores, que consideram a presença de salva-vidas essencial. Segundo o Manual Resumido da SOBRASA 2024 (Szpilman, 2024), 5.488 brasileiros morreram afogados em 2022 e mais de 100.000 incidentes não fatais ocorreram:

[...] são pouquíssimas escolas que têm piscina... Às vezes as escolas têm parcerias com essas estruturas públicas. A gente tem piscina [...] imagina se a gente trazer as escolas para cá, para os alunos usarem a piscina de forma

segura [...], se eles têm essa experiência com professores ou com profissionais qualificados, ou com o bombeiro que está ali olhando, e eles podem se exercitar ou viver as práticas corporais com segurança, desde pequenos, acho que isso poderia evitar problemas futuros (Escola 2B, entrevista concedida em 7 jun. 2024).

Nesse contexto, para reduzir as mortes por afogamento:

Eu acho que é fundamental. Dentro da escola, uma sugestão minha é que as escolas fizessem com os professores cursos de formação de salvamento, né? Eu tenho um curso de formação do Corpo de Bombeiros, de primeiro-socorro, salvamento aquático, então isso me ajuda muito também. Mas acho que a escola deveria, as escolas que têm piscina, deveriam incentivar os profissionais a dar cursos, trazer profissionais aí para ensinar. Porque você imagina, um aluno ali precisa... passa mal ali. Você tem que estar preparado, porque a partir do momento que você pula, você deixa 29 desamparados. Então, você tem que ser muito rápido (Escola 1A e 3A, entrevista concedida em 11 jun. 2024).

Os professores também sugeriram aumentar o número de aulas de Educação Física nas escolas. Eles destacam a importância da disciplina para a saúde mental e física dos alunos, ressaltando que atividades extracurriculares sejam ofertadas. Muitos professores veem a Educação Física como a única oportunidade de atividade física para muitos estudantes, e acreditam que a proposta do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017a), ao reduzir a carga horária das disciplinas não obrigatórias, pode limitar o desenvolvimento dos alunos, especialmente aqueles que mais necessitam dessas atividades. Com essa proposta, a Educação Física é frequentemente reduzida a um papel secundário, enquanto disciplinas consideradas essenciais recebem mais atenção, fato ressaltado com a nova reformulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de acordo com a Resolução CNE/CEB n. 3, de 21 de novem-

bro de 2018, atualizada pelo Ministério da Educação (Brasil, 2018). Essa mudança curricular limita o tempo e os recursos disponíveis para a Educação Física, comprometendo ainda mais a capacidade das escolas de oferecer conteúdo no ambiente aquático.

Portanto, para escolas que já dispõem de piscinas, a realidade de implementar a natação/atividades aquáticas de forma efetiva e abrangente parece se tornar cada vez mais utópica. A falta de suporte adequado para a Educação Física e a ênfase excessiva em práticas utilitárias tornam a realização de uma proposta completa praticamente inviável, exacerbando as dificuldades já existentes e limitando as oportunidades de desenvolvimento integral para os alunos (Beltrão; Teixeira; Taffarel, 2020).

Uma limitação deste estudo é que se avaliou exclusivamente a perspectiva dos professores, sem considerar a opinião dos alunos, da escola e da família sobre a aplicabilidade e a importância do conteúdo de natação/atividades aquáticas nas escolas. Ao focar apenas nos docentes, o estudo não captou a visão dos principais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, como os alunos, que são diretamente impactados pela implementação do conteúdo. Além disso, a ausência da análise do contexto escolar e da influência da família limita a compreensão dos fatores externos que podem facilitar ou dificultar a inclusão desse conteúdo no plano de ensino de forma efetiva.

4 Considerações finais

Mesmo nas escolas que dispõem de piscinas, a implementação eficaz do conteúdo de natação e atividades aquáticas enfrenta diversos obstáculos. A falta de recursos adequados, o tempo limitado disponível nas aulas, a necessidade de formação continuada dos professores e a sobrecarga de trabalho são fatores que dificultam a aplicação desse conteúdo. Com a introdução do Novo Ensino Médio, tais dificuldades são agravadas devido à redução da carga horária e à adoção de uma abordagem curricular mais restritiva.

Apesar desse cenário desafiador, os professores reconhecem a importância de abordar o conteúdo natação/atividades aquáticas na educação básica. Eles enfatizam que a segurança aquática é essencial não apenas para proteger os alunos, mas também para proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades básicas no meio aquático. No entanto, com a atual configuração curricular e as limitações estruturais, a implementação desse conteúdo se torna uma tarefa extremamente difícil, levando muitos a considerar que a inclusão efetiva de natação no currículo escolar é uma meta quase utópica.

Essa dificuldade não é restrita às escolas públicas; as instituições privadas enfrentam desafios semelhantes. Em ambas as esferas, a natação e outras atividades aquáticas acabam sendo tratadas mais como atividades de lazer do que como componentes fundamentais do currículo. A falta de infraestrutura adequada e a ausência de uma integração curricular bem definida significam que, em muitos casos, a prática aquática se limita a momentos esporádicos e recreativos, em vez de ser parte integrante de uma educação física abrangente. Assim, a promessa de um ensino sistemático e abrangente em atividades aquáticas e ensino de natação permanece, para muitos, uma ambição distante.

Referências

ABREU, A. J. C. *et al.* Metodologias ativas e sala de aula invertida: desafios e possibilidades para o ensino e aprendizagem. **Revista Ilustração**, Cruz Alta, v. 4, n. 6, p. 101-109, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i6.223>. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/223>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ABULA, K. *et al.* Autonomy support in physical education promotes autonomous motivation towards leisure-time physical activity: evidence from a sample of Chinese college students. **Health Promotion International**, v. 35, n. 1, p. e1-e10, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/heapro/day102>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30590612/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

AZEVEDO, E. S.; SHIGUNOV, V. Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em Educação Física. **KINEIN Revista Eletrônica de Estudo do Movimento Humano**, v. 1, n. 1, p. 1-9, set./dez. 2000. Disponível em: https://kinein.sites.ufsc.br/edicao_1.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BAGGINI, F. C. S. **Caracterização do processo ensino/aprendizagem da natação para diferentes faixas etárias**. 2008. 70 f. Monografia (Licenciatura plena em Educação Física) – Faculdade de Ciências, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

BARBOSA, T. M.; QUEIRÓS, T. M. G. **Ensino da natação**: uma perspectiva metodológica para a abordagem das habilidades motoras aquáticas básicas. Lisboa: Xistarca, 2004.

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. N. Z. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/rpe.v16i43.7024>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/7024>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017b.

Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-ceb-2018>. Acesso em: 28 abr. 2026.

COSTA, A. M. *et al.* Deep and shallow water effects on developing preschoolers' aquatic skills. **Journal of Human Kinetics**, v. 32, p. 211-219, maio 2012. DOI: <https://doi.org/10.2478/v10078-012-0037-1>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/7024>. Acesso em: 27 abr. 2026.

DARIDO, S. C. Apresentação e Análise das Principais Abordagens da Educação Física escolar. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 20, n.1, p. 58-66, set. 1998.

FIORI, J. M. *et al.* Pedagogia da natação: análise das atividades realizadas em aulas para crianças. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, p. 1-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.51934>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/51934>. Acesso em: 5 maio. 2026.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Estratégias de professores de Educação Física para promover a participação de alunos com deficiência auditiva nas aulas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 2, p. 183-198, abr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PdNFXTkjnKcsS3NBLpTctQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2026.

GARCIA, R. A.; RIOS-NETO, E. L. G.; MIRANDA-RIBEIRO, A. de. Efeitos rendimento escolar, infraestrutura e prática docente na qualidade do ensino médio no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, e0152, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18090/rbep.v38n1.a0152>.

org/10.20947/S0102-3098a0152. Disponível em: <https://rebeb.org.br/revista/article/view/1577>. Acesso em: 27 abr. 2026.

GOODWAY, J. D.; OZMUN, J. C.; GALLAHUE, D. L. **Understanding motor development**: infants, children, adolescents, adults. 8. ed. New York: Jones & Bartlett Learning, 2019.

HASTIE, P. A.; SAUNDERS, J. E. Effects of class size and equipment availability on student involvement in physical education. **The Journal of Experimental Education**, v. 59, n. 3, p. 212-224, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1080/00220973.1991.10806561>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/00220973.1991.10806561?needAccess=true>. Acesso em: 27 abr. 2026.

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In*: SOUZA, C. A. de; TORRES, O. F. **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. (Coleção mídias contemporâneas, 2). p. 15-33.

PARO, V. H. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 695-716, set./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FMX33FR79zYRqkkF5rvVnxm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2026.

PATTON, M. Q. **Qualitative research & evaluation methods**. California: SAGE Publications, 2002.

PINTO, N. C. **Atividades aquáticas como conteúdo da Educação Física em escolas da cidade de Teutônia/RS**. 2017.

13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1365>. Acesso em: 27 abr. 2026.

PULIMENO, M. *et al.* School as ideal setting to promote health and wellbeing among young people. **Health Promotion Perspectives**, v. 10, n. 4, p. 316-324, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34172/hpp.2020.50>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33312927/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ROCHA, L. F. R. Práticas corporais de aventura na educação física escolar: compartilhando uma experiência de formação de professores. In: NICÁCIO, L. G.; ANJOS, L. A.; FARIA, E. L.; NIGRI, B. S.; MENDES, G. F. (org.). **Formação na prática**. Belo Horizonte: KMA Soluções Gráficas, 2020. p. 138-155.

ROSA, J. C. D.; FRAGA, A. B.; BORGES, R. M. Atividades aquáticas como direito de aprendizagem dos alunos na Educação Física escolar. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 1-21, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e83978>. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248389>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ROSÁRIO, L. F. R.; DARIDO, S. C. A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. **Motriz**, Rio Claro, v. 11, n. 3, p. 167-178, set./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.5016/78>. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/78>. Acesso em: 27 abr. 2026.

SILVA, A. V. M. da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 70, p. 197-209, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8644737>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737>. Acesso em: 27 abr. 2026.

SINCLAIR, L.; ROSCOE, C. M. P. The impact of swimming on fundamental movement skill development in children (3–11 years): a systematic literature review. **Children**, v. 10, n. 8, e1411, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/children10081411>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-9067/10/8/1411>. Acesso em: 27 abr. 2026.

SZPILMAN, D. **Afogamentos**: Manual resumido de emergências aquáticas – 2024. [S. l.]: Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, 2024. Disponível em: <https://sobrasa.org/manual-de-emergencias-aquaticas/>. Acesso em: 5 maio 2026.

TESTA, W. L. Metodologias de Ensino em Educação Física. **EF Deportes, Revista Digital**, Buenos Aires, v. 16, n. 159, ago. 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd159/metodologias-de-ensino-em-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 5 maio 2026.

XAVIER, T. **Métodos e Ensino em Educação Física**. São Paulo: Manole, 1986.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.